

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.470.074 - DF (2019/0076736-7)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A
ADVOGADOS : EDUARDO RICCA - SP081517
GLAUCO SANTOS HANNA - SP217026
CLEYBER CORREIA LIMA E OUTRO(S) - DF035055
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : MARCOS DE ARAUJO CAVALCANTI E OUTRO(S) - DF028560

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. SÚMULA 282/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da inexistência de contrariedade ao artigo 489, II, e §1º, IV, do CPC/15.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 239):

DIREITO TRIBUTÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. AUTO DE INFRAÇÃO. LEI DISTRITAL 4.567/2011. NOTIFICAÇÃO POR VIA POSTAL. VALIDADE.

I. De acordo com o artigo 11 da Lei Distrital 4.567/2011, é válida a notificação por via postal do auto de infração, tendo em vista a inexistência de precedência entre as modalidades de notificação de conteúdo pessoal.

II. Recurso desprovido.

No recurso especial o recorrente alega violação do artigo 489, II e § 1º, IV, do CPC/15, ao argumento de que *o Relator designado limitou-se, nos fundamentos do seu Voto (que foi acompanhado pela maioria dos Desembargadores integrantes da Turma) a, simplesmente: a) afirmar que a controvérsia respeita à existência de ordem preferencial nas formas de intimação do artigo 11 da Lei 4.567/2011; b) transcrever esse dispositivo legal; c) afirmar que não se pode inferir da sua leitura ordem de prioridade entre as modalidades de intimação; e d) transcrever parte da r. sentença apelada.* (fl.267).

Contrarrazões às fls. 286-292.

Parecer do MPF pelo desprovidimento do agravo às fls. 407-411.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

No que diz respeito ao artigo 489 do CPC/15, verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Frise-se, por oportuno, que não foram opostos embargos de declaração na origem, a fim de possibilitar que fossem sanadas as supostas omissões, o que inviabiliza a

Superior Tribunal de Justiça

pretensão recursal no ponto. Isto porque, para que possa ser reconhecida a negativa de prestação jurisdicional, é necessário, dentre outros requisitos, que tenham sido opostos os aclaratórios na origem.

Ante o exposto, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

